



**Informações Contábeis
Intermediárias “Carve-out”
Estrada de Ferro Carajás
30 de setembro de 2015**



Estrada de Ferro Carajás
Índice das Informações Contábeis Intermediárias “carve-out”
Em 30 de setembro de 2015

	Página
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Informações Contábeis Intermediárias “carve-out”	3
Balanço Patrimonial	5
Demonstração do Resultado do período de três meses findo em 30 de setembro de 2015 e 2014	6
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias “carve-out”	7



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400
Fax 55 (21) 3515-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais “Carve-out”

Aos administradores da
Vale S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

1. Revisamos as informações contábeis intermediárias “Carve-out” da Estrada de Ferro Carajás (“Ferrovia”) da Vale S.A. (“Companhia”) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e a demonstração do resultado para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.
2. A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias “carve-out” de acordo com as bases de elaboração descritas na Nota Explicativa nº 2. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias “Carve-out” com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

3. Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias “Carve-out”

4. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias “Carve-out” incluídas nas informações intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as bases de elaboração descritas na Nota Explicativa nº 2.

Ênfase

Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis “carve-out”

5. Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às informações contábeis intermediárias “Carve-out” que descreve os critérios utilizados para rateio e alocação das receitas, despesas, ativos e passivos. Esta também destaca que as informações contábeis intermediárias “Carve-out” foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir com os requisitos descritos no parágrafo “Restrição sobre uso e distribuição”. Conseqüentemente, essas informações contábeis intermediárias “Carve-out” podem não ser necessariamente um indicativo da performance financeira e dos resultados das operações que seriam obtidos caso fossem consideradas todas as operações da Ferrovia como uma entidade jurídica. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes não auditados ou não revisados

6. Chamamos a atenção para o fato que os valores correspondentes “Carve-out” relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, apresentados para fins de comparação nas informações contábeis intermediárias “Carve-out” do período corrente, não foram examinados ou revisadas, respectivamente, por nós ou outros auditores, portanto, não estamos expressando uma opinião ou conclusão, respectivamente, sobre eles.

Restrição sobre uso e distribuição

7. Estas informações contábeis intermediárias “Carve-out” foram preparadas com o propósito de auxiliar a Companhia com o cumprimento dos requisitos do "Termo de Compromisso" e seu respectivo termo aditivo firmado entre a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Companhia. Conseqüentemente, elas podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação dos administradores da Vale S.A. e da ANTT e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não a Vale S.A. e a ANTT.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC RJ-064887/O-8

Estrada de Ferro Carajás
Balanco Patrimonial

Em
milhares de reais

	Notas	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Ativo		(não auditado)	
Circulante			
Partes relacionadas	14	33.977	111.995
Almoxarifado		99.847	112.840
Outros		12.265	11.906
		146.089	236.741
Não circulante			
Depósitos judiciais	7	88.039	83.320
Tributos diferidos sobre o lucro	8 (a)	98.730	478.126
Outros		7.203	-
		193.972	561.446
Intangível	4	4.739.760	3.915.110
Imobilizado	5	9.055.971	8.337.556
		13.795.731	12.252.666
Total do ativo		14.135.792	13.050.853
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e empreiteiros	2 (h)	760.778	534.144
Obrigações sociais e tributárias	6	25.153	152.554
Partes relacionadas	14	14.796	1.986
Outros		201.487	206.913
		1.002.214	895.597
Não circulante			
Partes relacionadas	14	9.333.478	9.075.603
Provisões para processos judiciais	7	114.664	130.693
		9.448.142	9.206.296
Total do passivo		10.450.356	10.101.893
Patrimônio líquido			
Contribuição de capital	9	3.597.790	3.597.790
Prejuízos acumulados		87.646	(648.830)
Total do patrimônio líquido		3.685.436	2.948.960
Total do passivo e patrimônio líquido		14.135.792	13.050.853

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias “carve-out”.

Estrada de Ferro Carajás
Demonstração do Resultado do período de nove meses findo em

Em milhares de reais

		(não auditado)	
	Notas	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2014
Receita de serviços, líquida	10	3.425.698	1.595.237
Custos dos serviços prestados	11 (a)	(1.505.183)	(1.486.482)
Lucro bruto		1.920.515	108.755
Despesas operacionais			
Com vendas e administrativas	11 (b)	(20.328)	(26.528)
Outras despesas operacionais, líquidas	11 (c)	1.213	(122.193)
		(19.115)	(148.721)
Lucro (prejuízo) operacional		1.901.400	(39.966)
Resultado financeiro	12	(785.528)	(465.092)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		1.115.872	(505.058)
Tributos sobre o lucro			
Imposto de renda	8 (b)	(278.968)	126.265
Contribuição social		(100.428)	45.455
		(379.396)	171.720
Lucro (prejuízo) do período		736.476	(333.338)

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias “carve-out”.

Estrada de Ferro Carajás

Notas Explicativas às Informações Contábeis “Carve-out”

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

1. Contexto operacional

A Estrada de Ferro Carajás (a "Ferrovia" ou "EFC") compreende uma ferrovia de 892 quilômetros, que interliga a Serra dos Carajás, no Estado do Pará, ao porto de Ponta Madeira em São Luís - Maranhão, onde se localiza o seu controle operacional. A Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale S.A. ("Vale" ou a "Companhia"), por meio de centros de lucros e de custos.

A Ferrovia é substancialmente utilizada para o escoamento dos minérios extraídos e beneficiados pela Vale provenientes das suas próprias minas. A Ferrovia também efetua transportes de minério de ferro, pelotas e outras cargas para terceiros (tais como ferro-gusa, grãos, veículos e combustíveis), além do transporte de passageiros.

De janeiro a setembro de 2015, a Ferrovia transportou 83.407 mil TU toneladas de produtos (80.849 mil TU em 2014) e 208 mil passageiros (229 mil em 2014).

2. Sumário das principais práticas contábeis

a) Base de apresentação e preparação

Estas demonstrações contábeis intermediárias “carve-out” representam as operações ferroviárias da Vale para a Ferrovia Carajás e foram preparadas com base nos registros contábeis da Ferrovia, os quais são controlados e operados por meio de centros de lucros e de custos pela controladoria da Vale.

Esses registros contábeis foram preparados considerando o custo histórico como base de valor e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e combinados com critérios estabelecidos no Termo de Compromisso celebrado em 13 de novembro de 2006 e respectivo termo aditivo datado de 10 de junho de 2008 com a União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Companhia; adequando-se a Resolução nº 1.771, publicada em 26 de dezembro de 2006, que instituiu o manual de contabilidade do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros e suas revisões conforme Resoluções nº 2.507, publicada em 21 de dezembro de 2007 e nº3847, publicada em 26 de junho de 2013.

Estas demonstrações contábeis intermediárias “carve-out” contemplam somente balanço patrimonial e demonstração do resultado conforme requerido pelo Termo de Compromisso mencionado acima.

As principais práticas contábeis e critérios utilizados na preparação destas demonstrações contábeis “carve-out” são como segue:

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias “carve-out” da Ferrovia são mensuradas e apresentadas em Real (“R\$”), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Ferrovia atua. As operações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, como despesa ou receita financeira.

c) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A Ferrovia classifica seus ativos e passivos como circulantes quando espera realizar os ativos e liquidar os passivos em até doze meses após a data do relatório. Outros ativos e passivos são classificados como não circulantes.

d) Almoxarifado

O almoxarifado é composto de materiais de consumo e são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e, quando aplicável, uma estimativa de perdas com materiais obsoletos ou de baixa movimentação é reconhecida. Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 não há provisões para ajuste a valor de realização.

e) Intangível

Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia possui concessão para explorar bens de ferrovias por um período de tempo determinado. Estes bens são classificados como ativos intangíveis e amortizados pelo período menor entre a vida útil do bem e a data de encerramento do contrato e retorno dos bens ao poder concedente.

f) Imobilizado

Os ativos imobilizados são reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos encontram-se disponíveis para serem utilizados no uso pretendido. A exceção são os terrenos que não são depreciados. A depreciação dos ativos da Ferrovia estão representadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativo Imobilizado	Vida útil
Imóveis	15 anos a 50 anos
Instalações	8 anos a 50 anos
Equipamentos	3 anos a 33 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Locomotivas	12,5 anos a 25 anos
Vagões	33 anos a 44 anos
Equipamentos ferroviários	5 anos a 50 anos
Outros	2 anos a 50 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, a cada exercício social.

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados durante o período de benefícios desta manutenção até a próxima parada.

g) Redução de valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A Ferrovia avalia, a cada divulgação, se existem evidências objetivas de que o valor contábil de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos não financeiros de longa duração, devem ser reduzidos ao valor recuperável.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é efetuada uma análise comparativa entre o valor contábil e os fluxos de caixa esperados para o ativo, e quando há algum indicador de que o valor não seja recuperável, é efetuado o ajuste de *impairment*.

Para os ativos não financeiros de longa duração (como, intangíveis ou imobilizados), quando há indicação de redução ao valor recuperável, diretamente atribuída a um ativo, é identificado o menor grupo de ativos para os quais existam fluxos de caixa separadamente identificável (“unidade geradora de caixa” ou “UGC”) e é realizado o teste de *impairment* para identificar o valor recuperável desses ativos agrupados. Se identificada à necessidade de ajuste, o mesmo é apropriado de forma sistemática a cada ativo da unidade geradora de caixa. O valor recuperável é maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda.

A Ferrovia determina seus fluxos de caixas com base nos orçamentos aprovados considerando: custos e investimentos baseados na melhor estimativa e em desempenhos passados e preços de venda consistentes com as projeções utilizadas nos relatórios publicados pela indústria, considerando a cotação de mercado quando disponível e apropriado. Os fluxos de caixa utilizados são projetados com base na vida útil de cada unidade e considerando taxas de desconto que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada unidade geradora de caixa, dependendo de sua composição e localização.

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 não há registro de *impairment* de ativos nas demonstrações contábeis “carve-out” da Ferrovia.

h) Fornecedores e empreiteiros

As contas a pagar a fornecedores e empreiteiros são obrigações a pagar por bens que foram adquiridas no curso normal dos negócios. Estas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa efetiva de juros. Em 30 de setembro de 2015 o saldo em aberto com fornecedores e empreiteiros era de R\$760.778 (R\$534.144 em 31 de dezembro de 2014).

i) Salários e encargos sociais

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

j) Provisão para processos judiciais

A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pela Ferrovia. A provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

k) Classificação dos instrumentos financeiros

A Ferrovia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

Empréstimos e recebíveis - são instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou definidos e que não são cotados em um mercado ativo, são mensurados inicialmente a valor justo, e subsequentemente pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado - são registrados nesta categoria os instrumentos financeiros adquiridos mantidos para negociação, com o propósito de venda no curto prazo. Estes instrumentos são mensurados ao valor justo.

Mantido até o vencimento - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Ferrovia tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. São mensurados inicialmente a valor justo, e subsequentemente pelo valor de custo amortizado.

Disponíveis para vendas - são ativos não derivativos não classificados nas demais categorias. Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria são mensurados ao valor justo, sendo as variações do valor justo até o momento da realização registrado contabilmente na Demonstração de Resultado Abrangente. Na realização dos ativos financeiros, o valor justo é reclassificado para a Demonstração do Resultado.

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 não havia instrumentos financeiros classificados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado", "Mantido até o vencimento" e "Disponíveis para venda".

l) Receita

A receita de carga geral e de passageiros é reconhecida quando a Ferrovia transfere para seus clientes todos os riscos e benefícios significativos referentes aos serviços prestados. A receita está apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda e é reconhecida pelo valor justo, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Ferrovia e as receitas e os custos puderem ser medidos de forma confiável.

Para a receita de transporte próprio, a Vale apropriou à Ferrovia uma receita com base em preço de transferência para o minério próprio transportado, conforme critérios estabelecidos no "Termo de Compromisso" e no aditivo datado de 10 de junho de 2008.

m) Tributos corrente e diferido sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado de cada período. A provisão para imposto de renda é calculada com base em alíquotas e regras fiscais em vigor na localidade da entidade. O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

n) Impostos incidentes sobre receita de transporte próprio

A partir de 1º de janeiro de 2008, PIS, COFINS e ICMS passaram a ser reconhecidos sobre a receita de transporte próprio, conforme cláusula terceira, letra "f", do primeiro termo aditivo ao "Termo de Compromisso" datado de 10 de junho de 2008.

o) Despesas administrativas do centro corporativo

Os lançamentos das despesas administrativas foram alocados com base na prestação de serviços compartilhados entre áreas e no consumo de materiais, calculados por transação e pelo regime de competência.

A despesa administrativa remanescente e comum a Ferrovia e a Vale que não permite identificação do direcionador de custo na forma do parágrafo acima poderá a juízo da Companhia, ser lançada pelo regime de competência e por critério de rateio em contas correlatas de despesas administrativas da Ferrovia, tendo como base o número de empregados da Ferrovia em relação ao número total de empregados da Vale.

Tais lançamentos são correspondentes ao percentual de 2,5% das despesas administrativas da Companhia.

p) Outras despesas e receitas operacionais

Conforme determinado no "Termo de Compromisso e respectivo termo aditivo", o saldo de outras despesas/receitas operacionais quando identificadas serão alocados diretamente à Ferrovia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e julgamentos contábeis críticos são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

4. Intangível

	30 de setembro de 2015 (não auditado)			31 de dezembro de 2014		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Vida útil definida						
Concessões	7.041.864	(2.302.104)	4.739.760	5.973.594	(2.058.484)	3.915.110
Total	7.041.864	(2.302.104)	4.739.760	5.973.594	(2.058.484)	3.915.110

Abaixo, demonstramos as movimentações dos ativos intangíveis ocorridas no período:

	Concessões
Saldos em 31 de dezembro de 2013 (não auditado)	2.534.351
Adição	1.009.480
Amortização	(326.417)
Saldos em 30 de setembro de 2014 (não auditado)	3.217.414

	Concessões
Saldos em 31 de dezembro de 2014	3.915.110
Adição	1.065.776
Amortização	(241.126)
Saldos em 30 de setembro de 2015 (não auditado)	4.739.760

5. Imobilizado

	30 de setembro de 2015 (não auditado)			31 de dezembro de 2014		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edificações	3.680.218	(1.375.464)	2.304.754	2.334.882	(93.302)	2.241.580
Instalações	956.250	(211.037)	745.213	1.524.824	(990.558)	534.266
Equipamentos	278.971	(132.245)	146.726	266.402	(241.068)	25.334
Outros	621.943	(215.259)	406.684	525.959	(209.039)	316.920
Imobilizado em curso	5.452.594	-	5.452.594	5.219.456	-	5.219.456
	10.989.976	(1.934.005)	9.055.971	9.871.523	(1.533.967)	8.337.556

Abaixo, demonstramos as movimentações dos ativos imobilizados ocorridas no exercício:

						Saldos em	
	Edificações	Instalações	Equipamentos	Outros	Imobilizações em curso	Total	
31 de dezembro de 2013 (não auditado)	2.043.172	534.800	16.781	402.455	4.819.709	7.816.917	
Adição por aquisição	-	-	-	-	1.167.169	1.167.169	
Baixas por alienação	-	-	-	(198.666)	-	(198.666)	
Depreciação e amortização	(17.797)	(2.464)	(15.958)	(453.507)	-	(489.726)	
Transferências	233.488	(4.329)	119.128	568.409	(916.696)	-	
30 de setembro de 2014 (não auditado)	2.258.863	528.007	119.951	318.691	5.070.182	8.295.694	

						Saldos em	
	Edificações	Instalações	Equipamentos	Outros	Imobilizações em curso	Total	
31 de dezembro de 2014	2.241.580	534.266	25.334	316.920	5.219.456	8.337.556	
Adição por aquisição	-	-	-	-	1.180.867	1.180.867	
Baixas por alienação	-	-	-	(62.414)	-	(62.414)	
Depreciação e amortização	(18.939)	(3.925)	(14.990)	(362.184)	-	(400.038)	
Transferências	82.113	214.872	136.382	514.362	(947.729)	-	
30 de setembro de 2015 (não auditado)	2.304.754	745.213	146.726	406.684	5.452.594	9.055.971	

6. Obrigações sociais e tributárias

Abaixo, demonstramos a composição das obrigações sociais e tributárias:

	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
	(não auditado)	
Obrigações sociais	36.582	136.470
ISS	5.269	8.131
Outras	(16.698)	7.953
Total	25.153	152.554

7. Provisões para processos judiciais

A Ferrovia é parte envolvida em ações trabalhistas, cíveis, tributárias e outras em andamento, as quais estão sendo discutidas tanto na esfera administrativa quanto na judicial, sendo amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparadas pela opinião da diretoria jurídica da Companhia e de seus consultores legais externos.

	Saldos em				
	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
31 de dezembro de 2013 (não auditado)	208	103.811	55.076	5.184	164.279
Adições	-	19.715	9.222	33.881	62.818
Reversões	-	(64.210)	(288)	(10.947)	(75.445)
Atualizações monetárias	22	(24.938)	7.110	(3.293)	(21.099)
30 de setembro de 2014 (não auditado)	230	34.378	71.120	24.825	130.553

	Saldos em				
	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
31 de dezembro de 2014	1.092	56.393	72.463	745	130.693
Adições	748	34.027	3.426	-	38.201
Reversões	(916)	(69.122)	(1.309)	-	(71.347)
Atualizações monetárias	(557)	11.887	5.670	117	17.117
30 de setembro de 2015 (não auditado)	367	33.185	80.250	862	114.664

Correlacionados às provisões, existem depósitos judiciais. Os depósitos judiciais são garantias exigidas judicialmente, atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Ferrovia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos pelo reclamante, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

Os depósitos judiciais estão assim representados:

	30 de setembro de 2015 (não auditado)	31 de dezembro de 2014
Processos tributários	53.073	55.703
Processos cíveis	6.985	7.288
Processos trabalhistas	18.947	20.329
Processos Ambientais	9.034	-
Total	88.039	83.320

A Companhia discute nas esferas administrativa e judicial ações para as quais existe expectativa de perdas possíveis, e entende que para estas não cabe provisão, visto que existe um forte embasamento jurídico para o posicionamento da Companhia. Estes passivos contingentes estão assim representados:

	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
	(não auditado)	
Processos tributários	13.207	14.777
Processos cíveis	715.614	678.529
Processos trabalhistas	923.959	112.756
Processos ambientais	88.853	11.150
Total	1.741.633	817.212

8. Tributos sobre o lucro

a) Os saldos diferidos líquidos apresentam-se como segue:

	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
	(não auditado)	
Tributos sobre o Lucro	478.126	306.263
Prejuízo Fiscal/(Compensação)	(378.736)	154.902
Diferenças temporárias	(660)	16.961
Total	98.730	478.126
Ativo	98.730	478.126
Passivo		-
Total	98.730	478.126

b) Os tributos sobre o lucro no Brasil compreende o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. A alíquota estatutária e efetiva nos exercícios apresentados é de 34%.

O total demonstrado como resultado de tributos sobre o lucro nas demonstrações contábeis intermediárias “carve-out” está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	(não auditado)	
	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2014
Lucro (Prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	1.115.872	(505.058)
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(379.396)	171.720

9. Contribuição de capital

A contribuição de capital é de R\$ 3.597.790 formada pelos valores utilizados pela Vale necessários para o início das operações da Ferrovia, entre eles recursos financeiros, imobilizados e intangíveis.

10. Receita de serviços, líquida

	(não auditado)	
	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2014
Transporte próprio da Vale	4.219.577	1.980.670
Transporte de carga geral e de passageiros	80.100	36.808
Receita Acessória de transporte	7.068	5.277
Impostos sobre receitas	(881.047)	(427.518)
Total	(3.425.698)	1.595.237

11. Custos dos produtos vendidos e serviços prestados, despesas com vendas e administrativas e outras despesas (receitas) operacionais, líquidas por natureza

a) Custos de produtos vendidos e serviços prestados

	(não auditado)	
	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2014
Pessoal	(276.306)	(301.683)
Material e serviço	(499.680)	(405.532)
Óleo combustível e gases	(300.309)	(248.737)
Depreciação e exaustão	(377.697)	(478.708)
Outros	(51.191)	(51.822)
Total	(1.505.183)	(1.486.482)

b) Despesas com vendas e administrativas

	(não auditado)	
	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2014
Pessoal	(9.191)	(10.876)
Serviços (consultoria, infraestrutura e outros)	(3.472)	(5.040)
Propaganda e publicidade	(323)	(1.326)
Depreciação e amortização	(4.368)	(6.366)
Despesas de viagem	(443)	(531)
Outras	(2.531)	(2.389)
Total	(20.328)	(26.528)

c) Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas

	(não auditado)	
	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2014
Provisão para processos judiciais	(1.940)	(63.494)
Pesquisa e desenvolvimento	(5.814)	(7.638)
Outras	8.967	(51.061)
Total	1.213	(122.193)

12. Resultado financeiro

Os resultados financeiros ocorridos nos períodos, registrados por natureza e competência, são:

Despesas financeiras	30 de setembro de	30 de setembro de
	2015	2014
	(não auditado)	(não auditado)
Juros	(784.677)	(504.392)
Atualização monetária de contingências	17.117	(21.099)
Variações monetárias e cambiais	(44.445)	85.913
	(812.005)	(439.578)
Receitas financeiras		
Variações monetárias e cambiais	26.477	(25.514)
	26.477	(25.514)
Resultado financeiro líquido	(785.528)	(465.092)

13. Compromissos

A Companhia celebrou com o governo brasileiro por intermédio do ministério dos transportes, contratos de concessão não onerosa para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga e arrendamento dos bens destinados à prestação desses serviços. Os registros contábeis das concessões estão classificados como ativo intangível, conforme nota 4. O prazo de concessão da ferrovia termina em Junho de 2027 ou em caso de término do prazo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da concessionária.

14. Partes Relacionadas

No curso normal das operações, a Ferrovia contrai direito e obrigações com partes relacionadas, decorrentes de operações de compra e venda de serviços de transporte ferroviário.

Os saldos das operações com partes relacionadas e seus efeitos nas demonstrações contábeis intermediárias “carve-out” podem ser identificados como segue:

	Ativo		Passivo		Receita de serviços, líquida	
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2014
	(não auditado)		(não auditado)		(não auditado)	(não auditado)
Vale (i)	-	-	9.333.478	9.075.603	3.322.917	2.334.297
VLI	10.489	65.124	14.796	1.986	7.068	5.277
Ferrovia Norte Sul	20.896	34.708	-	-	-	-
Outros	2.592	12.163	-	-	-	-
Total	33.977	111.995	9.348.274	9.077.589	3.329.985	2.339.574

(i) Referem-se aos recursos financeiros utilizados pela Ferrovia para financiar suas operações e investimentos. Os montantes representam empréstimos obtidos e saldo credor de caixa e equivalente de caixa, remunerados ao final de cada mês com base na taxa média dos empréstimos obtidos pela Vale.

* * *

Dioni Barboza Brasil
Gerente de Demonstrações Contábeis
TC-CRC-RJ 083305/O-8